

Reunião com reitor para analisar precários

No próximo dia 3 de março, das 8h às 9h45, a diretoria da Adusp estará se reunindo com o reitor Jacques Marcovitch para discutir o encaminhamento do problema dos contratos precários. Este é um tema que vem preocupando a direção da universidade por conta das pressões desencadeadas pelo movimento docente e cu-

ja solução está sendo analisada. Cerca de 1.900 professores da USP estão contratados de forma precária. Conforme compromisso firmado por Marcovitch, dia 4 de dezembro do ano passado com o Conselho de Representantes da Adusp, em março a reitoria da USP deverá realizar um seminário para debater os contratos precários.

CAMPANHA SALARIAL

Fórum solicita reunião urgente com o Cruesp

Diante da crise econômica e do quadro de penúria que se encontram os professores e os funcionários das estaduais paulistas, a campanha salarial deste ano vai exigir muita mobilização. Veja análise do presidente da Adusp, professor Jair Borin.

Quais os principais problemas que docentes e funcionários das estaduais paulistas devem enfrentar nesse ano de 99?

Deveremos sofrer um confisco salarial da ordem de 10 a 17% tão logo venham a ser aplicadas as novas disposições da Previdência. O governador Mário Covas já está estudando a possibilidade de apresentação de projeto à Assembléia Legislativa adequando a legislação estadual à Constituição. Para os salários acima

de R\$ 1.200, deveremos ter uma contribuição de 20 a 25%; como já contribuimos com 8%, significa que teremos um acréscimo de no mínimo 12% na contribuição para a Previdência. Sem reposição salarial isso significa um verdadeiro confisco. Essa é uma perspectiva danosa para nós professores e funcionários da USP e das demais estaduais paulistas. Para agravar esse quadro também temos uma queda na arrecadação de ICMS da ordem de 12%, de agosto do ano passado para cá.

Que tarefas as associações docentes e os sindicatos vinculados à USP, à Unesp e à Unicamp devem assumir nos próximos meses?

Temos que mobilizar a nossa base e ela tem de estar bastante consciente que sem uma adesão maciça nós não vamos obter resultados positivos. Não existe, ainda, uma estratégia de mobiliza-



Crise

Para Juez Rizieri, da Fipe, FHC perdeu a oportunidade de ajustar as contas do país. Ivan Valente, do PT, diz que, pela primeira vez, o Brasil enfrentará um período de recessão acompanhada de inflação.

Pág. 8

Caso Zinsly volta ao CO

O professor João Rubens Zinsly, da Esalq, foi demitido no ano passado por decisão do Conselho Universitário (CO) após longo processo administrativo. A demissão, considerada injusta pela Congregação da Esalq e pela diretoria da Adusp, terá agora a oportunidade de ser revertida. A Congregação da Esalq enviou em agosto do ano passado uma representação ao Reitor com fatos novos e considerações sobre o caso e solicitou a revisão da punição imposta ao referido professor.

A Adusp encaminhou em dezembro último, ao reitor e aos membros da CLR (Comissão de Legislação e Recursos do CO), um arrazoado sustentando a posição de que era preciso reverter a injustiça cometida contra o professor Zinsly (Informativo 43). Em parecer aprovado pela CLR em 2 de fevereiro deste ano, a professora Ada Pelegrinni (relatora) aponta que é preciso avaliar com profundidade as alegações da Congregação e da Adusp e sugere duas alternativas de encaminhamento. Em uma delas, o Conselho Universitário nomearia uma comissão de seus membros para estudar o caso e orientaria uma decisão do colegiado. A outra alternativa, segundo o mesmo parecer, seria a abertura, a partir de pedido do interessado, de processo de revisão do ato administrativo punitivo.

Carta

Livre-Docência

Gostaria de trazer para debate dentro de nossa comunidade acadêmica o concurso de Livre-Docência visando ao esclarecimento maior de suas regras.

Na reformulação do Regimento Geral da USP, o concurso de Livre-Docência passou a possibilitar a promoção de MS-3 para MS-5 diretamente; suas regras e periodicidade foram fixadas. Me parece claro que o espírito dessas alterações foi, entre outros pontos, o de diminuir ao máximo análises ou critérios subjetivos, permitindo inclusive que ele funcione como um instrumento para o aperfeiçoamento docente.

Em setembro do ano passado, prestei o concurso para Livre-Docência em minha unidade (IFSC-FFI, São Carlos). E porque o fiz: tendo comparado meu número de publicações desde o final de meu doutoramento, bem como o número de alunos orientados com os números apresentados por outros colegas que já haviam prestado esse concurso e sido aprovados, verifiquei que estava dentro da média da produção apresentada.

Para minha surpresa, porém, fui reprovado (a primeira reprovação no Instituto). A justificativa apresentada pela Comissão foi: "No decorrer do Concurso o candidato deu mostra de potencial para desenvolvimentos científicos e de capacidade didática. No entanto, as realizações concretas evidenciadas no memorial apresentado ficam, no momento, aquém daquele potencial. A Comissão Julgadora assim entende que o candidato ainda não reúne as qualificações que se esperam de um Professor Associado da Universidade de São Paulo".

Essa justificativa não foi clara. Tratava-se da avaliação de um docente contratado há 20 anos pela Universidade de São Paulo, com doutoramento no exterior e uma

série de trabalhos feitos em prol desta Universidade. Esperava-se uma exposição quanto aos critérios utilizados para embasar a decisão da Comissão e isso também, infelizmente, não se verificou.

Atualmente estou com um recurso em andamento na Reitoria, onde solicito detalhamento da justificativa de reprovação. Este mesmo tipo de problema pode ocorrer com qualquer outro membro da USP, docente ou não, quando se trata de promoção funcional. Seria então cabível que esta questão fosse colocada em discussão. E penso que seria extremamente salutar, em uma época tão conturbada como a atual, poder mostrar para todos que a USP - tendo regras objetivas e justas no tratamento dos profissionais que a compõe - possibilita o crescimento de seus membros e, conseqüentemente, seu próprio engrandecimento perante a sociedade como uma das maiores instituições de ensino, pesquisa e extensão do país.

Heitor Cury Basso, professor do Instituto de Física da USP de São Carlos.

Docentes da USP participam de Congresso da Andes

Indicada em assembléia, uma delegação da Adusp estará participando do 18º Congresso da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), entre os dias 25 de fevereiro e 1º de março, em Fortaleza (CE), cujo tema este ano é "Universidade - Educação, Ciência, Humanidade". A delegação é composta pelos seguintes docentes: João Zanetic, Marcos N. Magalhães, Jair Borin, Arsênio S. Peres, José Nivaldo Garcia, Lighia Horodyski-Matushigue, Carlos Baldijão e Wagner F. dos Santos.

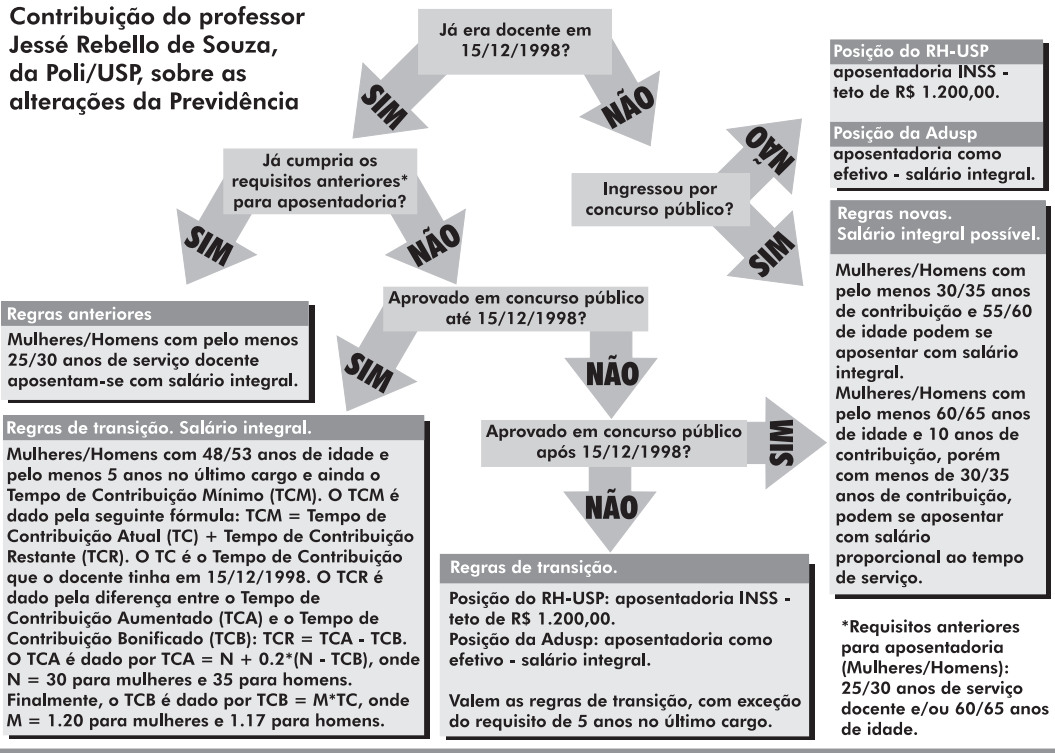
A sistemática do Congresso se desenvolverá em torno dos temas "Universidade Pública, Autonomia e Soberania Nacional", "Trabalho Docente: Carreira, Salários, Qualifi-

cação, Avaliação e Organização Sindical" e "Questões Organizativas e Financeiras da Andes". Os temas serão discutidos em grupos mistos e, posteriormente, em reuniões plenárias.



VEJA COMO FICOU A APOSENTADORIA NA USP

Contribuição do professor Jessé Rebello de Souza, da Poli/USP, sobre as alterações da Previdência

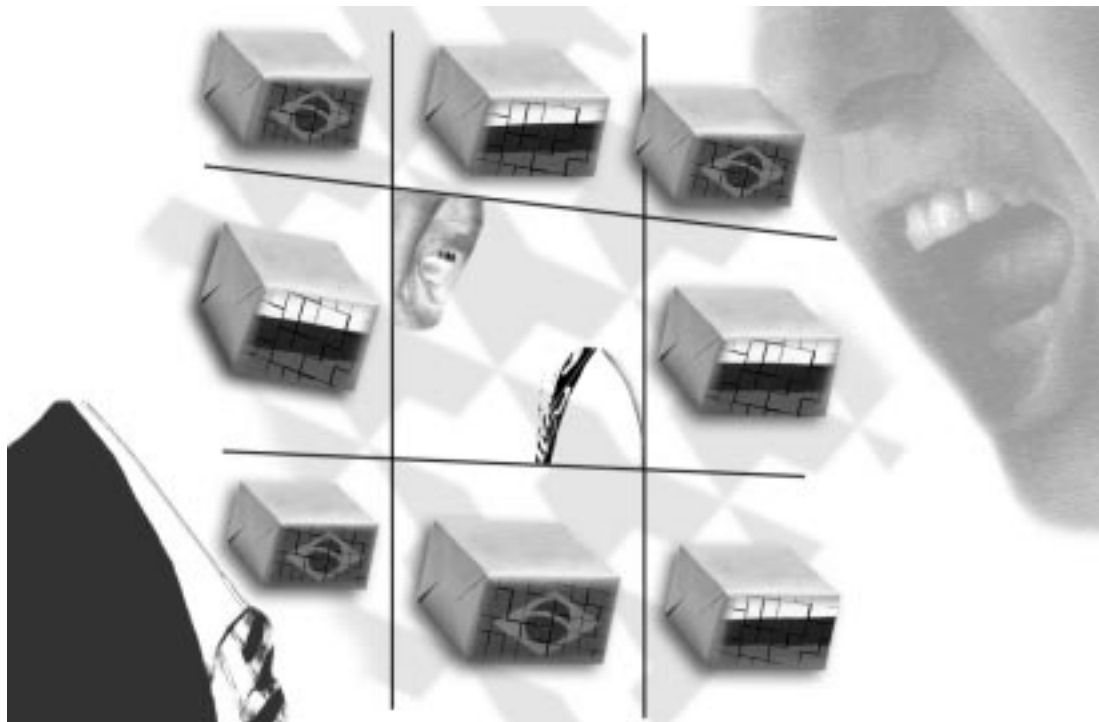


Quem atura a nomenklatura

Jacyr Pasternak e Vicente Amato Neto

Há dez anos atrás existiam dois países muito parecidos, o que é curioso, já que a doutrina por aqui era radicalmente anticomunista e, provavelmente, a dos russos mostrava-se contra as ditaduras militares da América Latina. Apesar das divergências ideológicas, no entanto, ambas as nações tinham mais semelhanças do que desacordos: a Rússia e o Brasil são muito grandes, entraram muito tarde no desenvolvimento capitalista, resolvendo utilizar o Estado, mas não o mercado, para conseguir ir para a frente. A Rússia, ao contrário do Brasil, tinha um exército de primeiro mundo, mas perdido conforme viu-se, depois da queda do comunismo, num grande país de terceiro mundo. O Brasil, em compensação, nunca chegou aos extremos de estatismo da Rússia e não foi por falta de vontade dos poderosos. É que Brasil é Brasil e uma ordem lá de cima dificilmente chega intacta aos executores; além do mais, entre nós para tudo dá-se um jeito, fazendo com que sofrêssemos menos com as idiotices promulgadas do alto. Já na Rússia, na mesma época, Moscou falou tá falado, mesmo que de palpites na fábrica de doce de abóbora instalada em Wladivostock, do outro lado do mundo, a uns nove fusos horários de distância e levando em conta que o burocrata que emitia ordens a respeito da cor ou gosto do produto siberiano nunca tinha ido ao local da produção, inclusive não sabendo como é plantado o fruto.

Em ambos os países criou-se o que na Rússia tem a designação de nomenklatura, ou seja, os donos do poder. São os carreiristas que so-



bem pendurados nas bolsas escrotais dos ministros ou dos dominantes, os amigos dos amigos e os que se notabilizam pelo tráfico de influência. No Brasil temos exemplos gritantes. Tabelaes que recebem de presente do Presidente um Tabelionato, por haver aparente amizade, como Juscelino fez com o famoso Armando Falcão, que nem teve a decência de ser grato posteriormente. Convém citar ainda os apadrinhados que arrumaram ótimos cargos nas estatais, tipo Petrobrás ou Vale do Rio Doce, onde tinham bons salários e ordem estrita de não aparecer para não atrapalhar. Também como ilustrações lembramos os lotados em órgãos essencialmente inúteis.

Tudo corria muito bem para estas peças, mas a história atropelou-os. Caiu o comunismo e a nomenklatura ficou desempregada, sucedendo que no Brasil a abertura da economia, paralelamente à descentralização, arrancou ilustres próceres da mamata. As empresas

privatizadas demitiram imediatamente uma porção de inutilidades e não se trata de peão de fábrica ou de obra. Perguntem ao pessoal da Companhia Siderúrgica Nacional ou da Vale do Rio Doce, que eles contam quem dispensaram com alegria, porque não faziam nenhuma falta, e comparem os lucros atuais com os prejuízos, cobertos pelo governo, na fase anterior: é de embasbacar.

Na Rússia a nomenklatura reagiu. Associou-se à máfia e hoje dirige um país cujo sistema político seria melhor descrito como mafiocracia e que, do ponto de vista econômico, é um pesadelo. A grande maioria das indústrias russas é marxista ao contrário: pega produtos naturais de boa qualidade, como aço e petróleo, e transforma-os em lixo que ninguém quer, subtraindo valor ao invés de adicionar. É por isto que Fundo Monetário Internacional nenhum vai resolver os problemas econômicos da Rússia. A máfia come todo o dinheiro e nada fornece em troca.

E no Brasil? Nossa situação é melhor, se bem que devemos ficar alertas. Já que nossa nomenklatura perdeu as boas bocas das empresas estatais que produziam alguma coisa, ela tenta migrar energicamente para as agências reguladoras, onde adorará criar regras confusas e complexas, gerando dificuldades ao setor produtivo para vender facilidades. Precisamos evitar esta evolução e denunciar sempre que possível quando acontece. Temos exigências no Ministério da Saúde, por exemplo, para registros de medicamentos e de materiais de laboratório de complexidade bizantina e falta de lógica de teólogo medieval ariano. Se deixarmos ocorrer, como é o sistema brasileiro, vamos acabar sustentando outra vez aqueles mesmos indivíduos que conhecemos como cortiças: muda o governo, o ambiente é democrático e eles estão, como Minas, onde sempre estiveram: por cima.

Jacyr Pasternak e Vicente Amato Neto são médicos e professores universitários.

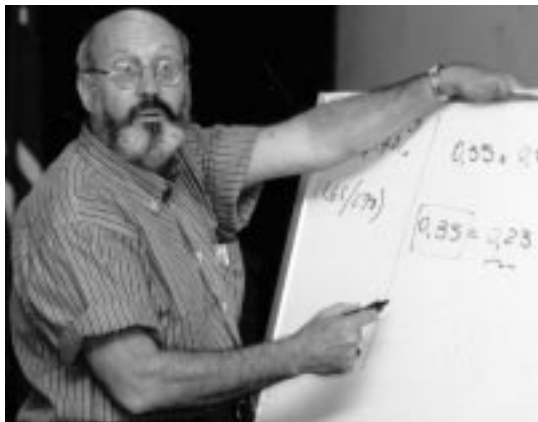
FHC não tem o controle da economia

Em debate promovido pela Adusp, dia 11 deste mês, para analisar a conjuntura nacional, o economista e presidente da Fipe, Juarez Rizieri (à esquerda), e o ex-deputado petista Ivan Valente (à direita), mesmo evitando tom alarmista, sugeriram que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tem as rédeas da economia brasileira nas mãos e não se sabe, portanto, para onde caminha o país.

Rizieri afirmou que o governo não fez a lição de casa, continua a gastar mais do que arrecada, e FHC perdeu a oportunidade, durante o seu primeiro mandato, de fazer o ajuste da dívida interna. Para Ivan Valente, a situação é ainda mais crítica do que se apresenta neste início de ano, porque o país passará a enfrentar, pela primeira vez na sua história, um período de brutal recessão acompanhado de inflação.

"A continuar desta forma vamos voltar à escravidão", afirmou Valente ao analisar o comentário de Rizieri que disse que o trabalhador já está trabalhando por qualquer trocado.

O economista e presidente da Fipe concentrou sua exposição na identificação dos problemas que levaram o Brasil à crise. Segundo ele, o desequilíbrio das dívidas externa e interna e a manutenção irreal da valorização da moeda brasileira levaram à atual situação. Ele não acredita, porém, que o dólar vá se manter no patamar próximo a R\$ 2. "Vamos viver dois ou três meses de tumulto, mas esse valor tende a se equilibrar num patamar mais baixo a longo prazo", disse Rizieri. Ele não acredita, também, que a inflação anual supere o índice de 12%. O grande problema, disse o presidente da Fipe, é se os formadores de opinião e o mercado começarem a projetar uma



Daniel Garcia

inflação superior a este índice. "Aí ninguém segura e vai ser remarcação em cima de remarcação, até voltarmos a patamares incontroláveis de inflação".

Para Rizieri, tudo depende, agora, das medidas políticas que serão adotadas pelo governo federal. O ex-deputado petista, Ivan Valente, concorda que o governo precisa tomar decisões políticas profundas, mas diz que esse debate deve ser travado antecipadamente com a so-

riedade brasileira. De acordo com Ivan Valente, o país não pode conviver com a situação de ter três presidentes do Banco Central em menos de 30 dias ou de achar que somente o mercado resolve a crise.

Ivan Valente contou que, em Brasília é atribuída ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, a expressão de que "vai dar tudo certo, se tudo der certo". Para Valente, isso mostra a fragilidade do modelo econômico brasileiro,

que para buscar credibilidade internacional segue o receituário do Fundo Monetário Internacional (FMI). A lógica de uma moeda forte não passou de uma grande fantasia, disse Ivan Valente. "O importante para o governo era manter a inflação perto de zero até a eleição do ano passado. Para isso, jogou milhares de trabalhadores no desemprego, aumentou os juros e elevou a dívida interna e externa", disse o ex-parlamentar do PT.

Rocha Barros, professor e militante

Faleceu no dia 30 de janeiro o professor Alberto Luiz da Rocha Barros, vítima de enfarto, aos 69 anos. Era um dos mais conhecidos e respeitados professores da USP por suas idéias e pela sua intensa militância política. Ao longo de suas atividades docentes, Rocha Barros sempre privilegiou o ensino da Física, marcando uma posição coerente, que o acompanhou toda a vida. Acreditava que a universidade deveria evidenciar, mais do que a pesquisa e a extensão, o debate acadêmico e o ensino, difundindo o aprendizado em todos os seus níveis. Talvez, por esta razão, não tenha se preocupado em ascender na carreira acadêmica, permanecendo Auxiliar de Ensino até o fim de sua vida. Na graduação era extremamente respeitado pelos seus alunos, que afluíam para as suas aulas.

Antigo militante do PCB (Partido Comunista Brasileiro), soube como poucos aglutinar em torno de sua pessoa amigos das mais variadas tendências em que se divide a esquerda brasileira e, também, do centro democrático. Aberto ao diálogo, promovia com frequência a aproximação dessas forças sempre visando a defesa da universidade pública, autônoma, voltada para a excelência do ensino e da pesquisa.

Em 1976, juntamente com dezenas de professores identificados com os princípios democráticos, começou a batalhar arduamente pelo retorno dos exilados e pela anistia política dos professores atingidos pelos atos de exceção. Contribuiu nesta época para a transformação da então Associação dos Auxiliares de Ensino da USP na atual Adusp, inte-

grando a sua primeira diretoria provisória.

Conhecido pelo seu bom humor, Rocha Barros era pródigo de idéias, contribuindo com frequência nas atividades da Adusp e com sugestões várias nas promoções do Instituto de Estudos Avançados da Universidade. Tendo retornado recentemente de Cuba, trabalhava num projeto de intercâmbio com centros de ensino superior daquele país, para onde pretendia levar a sua colaboração como professor de Física, tão logo viesse a ser aposentado compulsoriamente, ao completar setenta anos. A USP perde um de seus quadros mais queridos, que se dedicou a vida inteira ao ensino, dando prioridade a uma das áreas universitárias pouco conceituada nas avaliações adotadas nos últimos anos.

Diretoria da Adusp